

**GUARDA-ROUPA: ANATOMIA DE UM TERMO POLISSÊMICO
(SÉCULOS XV E XVI)**
**WARDROBE: THE ANATOMY OF A POLYSEMIC TERM (15TH
AND 16TH CENTURIES)**

NUNO SENOS
Universidade NOVA de Lisboa, FCSH, DHA e IHA
nosenos@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0003-4759-5681>

Texto recebido em / Text submitted on: 11/11/2024
Texto aprovado em / Text approved on: 19/02/2025

Resumo

O termo guarda-roupa tem suscitado alguma confusão na bibliografia que trata do funcionamento da casa nobre no Portugal moderno. Na verdade, ele é um termo polissémico que designa um conjunto diverso de realidades relacionadas entre si mas não totalmente coincidentes. Tal variedade fazia com que o termo fosse passível de ser usado no masculino e no feminino, designando coisas distintas. Com o objetivo de esclarecer esses diferentes significados, este artigo explorará os quatro sentidos em que a palavra era usada, começando por esclarecer o referido problema de género. A partir do caso bem documentado do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I, explorar-se-á o conteúdo de duas guarda-roupas (a sua e a da sua segunda mulher) para melhor perceber a que correspondem. Finalmente, será ainda analisada a cerimónia palatina quotidiana do acordar do duque que também envolve a guarda-roupa. Assim se perceberá a plenitude da complexidade do termo.

Palavras-chave

Guarda-roupa; arquitetura moderna em Portugal; arquitetura residencial em Portugal; arquitetura e vida social; aposentos.

Abstract

The term *guarda-roupa* has raised some confusion when dealing with the functioning of the noble house in Early Modern Portugal. In fact, it is a polysemic term designating several realities that are interrelated but not entirely coincidental. Such variety made it that the term could be used in its masculine and feminine form, referring to different things. In order to clarify these differences, this article addresses the four meanings the word could take, starting by clarifying the above-mentioned gender issue. I shall use the well-documented case of the 5th Duke of Bragança, D. Teodósio I, in order to analyze the contents of two *guarda-roupas* (his and his wife's) thus better understanding their nature. Finally, I shall look into the palatine, daily ceremonial of the duke's awakening, which also involves the *guarda-roupa*. The full complexity of the term will be thus explained.

Keywords

Wardrobe; early modern architecture in Portugal; residential architecture in Portugal; architecture and social life; lodgings.

O *Dicionário da Academia* propõe vários significados para o termo «guarda-roupa» (*Dicionário* 2001: 1947). O primeiro, «móvel ou compartimento de uma casa onde se guarda a roupa», bem como o último, «estabelecimento onde se alugam roupas», são hoje de utilização rara e têm já um certo cheiro pretérito. Mais comuns são o segundo e terceiro significados: «conjunto das roupas de uma pessoa» e «conjunto dos fatos e adereços de um teatro, de uma casa de espetáculos». Deste último sentido somos anualmente recordados quando a indústria cinematográfica atribui um óscar para esta especialidade. Em todos estes sentidos, esclarece o *Dicionário*, a palavra é masculina.

Contudo, nos séculos XV e XVI, cronologia de que se ocupa este artigo, o termo correspondia a um conjunto de significados um pouco mais complexos do que aquilo que o *Dicionário* deixa adivinhar, todos eles ligados ao universo das culturas do habitar que agrega os artigos

deste dossiê, neste caso mais especificamente ao habitar nobre⁽¹⁾. Este artigo versa sobre esses vários sentidos do termo, procurando clarificá-los e relacioná-los entre si bem como com os espaços domésticos que os enquadram. Serão também referidas as utilizações sociais a que alguns destes sentidos se prestam, tornando assim mais compreensíveis as especificidades do funcionamento de certas zonas da casa nobre.

No centro desta discussão estará uma série de documentação que diz respeito à Casa de Bragança que constitui um caso raro no contexto português dada a quantidade, diversidade e riqueza das fontes identificadas. Além disso, chegou aos nossos dias praticamente intacta a casa a que essa documentação diz respeito, o Paço Ducal de Vila Viçosa, pelo que será possível relacionar a informação tratada com os espaços domésticos precisos a que ela diz respeito.

Serviço e serviços, um problema de género

O sentido do termo que parece dominar todos os demais, e que por isso mesmo deve ser o primeiro a tratar, diz respeito a um *serviço* da casa nobre. Tal como nos casos da reposta, da mantearia ou da botica, entre tantos outros, também à «roupa» correspondia um serviço próprio que se designava no feminino: o serviço «da» guarda roupa. Toda a documentação primária, dos inventários e demais produção administrativa à cronística e outros textos narrativos, assim «a» designa devendo-se a errada utilização do masculino, que apenas ocorre na literatura historiográfica, ao desaparecimento contemporâneo do termo no feminino.

Embora todas as fontes pertinentes tornem este sentido inequívoco e indubitável, ele não foi considerado no primeiro dicionário de Português, o de Rafael Bluteau, que recolhe vários significados mas não este. Também Bluteau faz corresponder a guarda-roupa a um «armário grande (...) em que se metem os vestidos»⁽²⁾ (Bluteau 1712-28: v. 4, 149), retendo assim o sentido de contentor de roupa.

(1) A bibliografia internacional sobre este tema é hoje muito vasta. Deve talvez referenciar-se Baillie 1967 pelo seu carácter seminal e Guillaume 1994 que permanece uma referência obrigatória. Para o caso português, também entre outros títulos possíveis, cf. Silva 1995; Senos 2000; Carita 2015; Apóstolo 2020.

(2) A ortografia de todas as fontes impressas citadas será atualizada para facilidade de leitura.

Tão pouco esquece, contudo, que, tal como aos demais serviços da casa nobre, também a este corresponde um servidor: «aquele que guarda os vestidos de um rei, de um príncipe etc». Em rigor, sob o «etc» com que Bluteau remata a sua entrada esconde-se um aspeto desta utilização do termo que acrescenta um pequeno grau de complexidade à discussão já que não só os homens (reis e príncipes) têm guarda-roupa mas também as senhoras da casa. Nestas situações, a guarda-roupa é sempre da responsabilidade de uma mulher a que se chama também «a» guarda-roupa; pelo contrário, a guarda-roupa dos senhores é cuidada por um homem, «o» guarda-roupa (aqui sim, no masculino). Atente-se, por exemplo, ao extraordinário inventário *post-mortem* do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio, falecido em 1563 (Hallett e Senos 2018⁽³⁾). Aí ficamos a saber que, à data de execução do inventário (1564-67), o cuidado da guarda-roupa da duquesa recaía sobre Justa de Oliveira, enquanto que a do duque era da responsabilidade de João Correia. Nesta tarefa, um e outro eram assistidos por moças ou moços da guarda-roupa, respetivamente, e por vezes por outros serviçais como o/a moço/a das chaves (este/a encarregado, por exemplo, de chaves de certos cofres e baús).

Da mesma maneira, logo depois de descrever as tarefas do primeiro dos oficiais da casa, o camareiro-mor, o *Regimento dos Oficiais da Casa do Duque D. Teodósio I* (Sousa 1739-48: v. 4, 235-52⁽⁴⁾) dedica-se às do guarda-roupa, seguido do título do moço da guarda-roupa. Aí, os dois sentidos já referidos do termo são usados de forma inequívoca. Por exemplo, logo na primeira frase explica-se que o guarda-roupa (i.e., o serviçal) substitui o camareiro-mor na sua ausência. Além disso, «tinha cargo da recâmara do duque» (Sousa 1739-48: v. 4, 237). Nesta passagem usa-se o sentido do serviço (o «cargo») e um terceiro, o do espaço em que o serviço decorre, a que adiante regressarei. Serão citadas mais instâncias da utilização do termo, tanto como serviço quanto como serviçal, mas estas são suficientes para iniciar a discussão.

(3) Uma transcrição integral do inventário pode ser consultada em https://arquivo.pt/wayback/20190411174141mp_/http://cham.fcsh.unl.pt/ext/files/TEODOSIO_VOL%20II.pdf (8/11/2024). Nela todas as entradas do inventário surgem numeradas; essa numeração será utilizada neste texto.

(4) Este regimento não está datado mas, contendo apenas instruções para os oficiais que servem o duque e não fazendo nenhuma referência nem à duquesa nem aos filhos ducais, sugiro que tenha sido redigido entre 1532, ano em que D. Teodósio sucede ao pai, D. Jaime, no título ducal, e 1542, quando o duque casa pela primeira vez.

Natureza e conteúdos

Que serviço era então este da guarda-roupa, e que tarefas cabiam ao seu titular? O regimento brigantino é especialmente avaro nesta matéria. Como referido, começa por o definir não na normalidade do seu quotidiano mas no caso excecional da ausência do camareiro-mor. Nessa circunstância, competia ao guarda-roupa substituí-lo no vestir e despir do duque; se o seu superior estava presente, o guarda-roupa «não tocava em coisa nenhuma» (Sousa 1739-48: v. 4, 237). Devia garantir que os seus subordinados, os moços da guarda-roupa, cumpriam as suas funções pela manhã, quando o duque estava em despacho, e pela sesta; assegurar que o fogo e as velas fossem acesos e vigiados quando necessário; acompanhar o duque quando este saía a visitar alguém ou a caçar. Em suma, «era sempre continuo no serviço de dia e de noite» (Sousa 1739-48: v. 4, 238), expressão que diz tudo e simultaneamente muito pouco.

Outra forma que temos hoje para procurar perceber que «roupas» são estas cuja guarda recai sobre o/a guarda-roupa, e assim procurar melhor delimitar a natureza mesma deste serviço doméstico, consiste na análise dos inventários dos respetivos conteúdos para, a partir dos objetos, caracterizar mais completamente o serviço que deles se ocupa (Riello 2013).

Utilizemos, mais uma vez, o inventário de D. Teodósio que, com mais de 1300 páginas reunindo mais de 6000 entradas, é o mais longo sobrevivente quinhentista de tais documentos em Portugal. Para além da descrição e quantificação dos objetos listados, este inventário contém ainda uma avaliação de todas as peças, facilitando assim análises de tipo financeiro. Além disso, contém listas completas do conteúdo das guarda-roupas tanto do duque como da duquesa, D. Brites, o que permite fazer algumas comparações de género que, como veremos, são pertinentes.

Assim, o termo guarda-roupa remete diretamente para a ideia de vestuário e é isso mesmo – i.e., roupa de vestir – que esperamos encontrar nos respetivos inventários. Tal expectativa não é gorada pelo caso brigantino: entre peças de roupa (abrangendo uma grande variedade que inclui roupões, camisas, calças, coletes, saias e capas) e acessórios (onde a variedade é ainda maior, incluindo calçado, uma grande quantidade de chapéus, véus, toucas, plumas, cintos, leques e luvas), considerando o duque e a duquesa, contam-se à roda de mil objetos. A estes acrescentam-se ainda muitas peças de joalheria que, tal como o

vestuário e os acessórios, adornam o corpo. Aqui os números são ainda mais generosos, totalizando mais de 5000 peças.

Podem-se fazer comparações de gênero relativamente aos tipos de objetos referidos, que nos ajudam a perceber melhor – e talvez com algumas surpresas – a natureza do serviço da guarda-roupa. Assim, por exemplo, o duque tem apenas 303 peças de vestir e acessórios, contra as 656 da duquesa. Os valores monetários a que as peças correspondem acompanham estas grandezas: o duque gastou 666.000 reais em roupa enquanto que a duquesa investiu nela uns mais generosos 2.173.000 rs⁽⁵⁾. Dito isto, a comparação torna-se um pouco mais surpreendente se considerarmos a totalidade do dinheiro investido no conteúdo da guarda-roupa do duque e verificamos que a roupa propriamente dita corresponde a pouco menos de 6% deste valor. No caso da duquesa, o investimento foi maior, correspondendo a 21% do total.

Para fazer justiça a este quadro inicial e não perder algumas nuances significativas, importa juntar a estes os quantitativos relativos às joias. Se é sem surpresa que verificamos que foi em joalheria que mais se gastou (é a categoria de objetos mais valiosa da guarda-roupa de qualquer dos dois), é talvez mais surpreendente constatar que o duque tinha mais joias do que a duquesa (3568 contra 1532) e que investia nelas mais do que a sua mulher (mais de 7.5 milhões de reais no caso do duque, correspondendo a 65% do investimento total na guarda-roupa; menos de 6 milhões no caso da duquesa, contabilizando 57% do valor total).

Em todo o caso, estes números confirmam que o serviço da guarda-roupa se ocupa essencialmente de vestuário, acessórios e joias, ou seja, peças que servem para adornar o corpo. E, inversamente, se procurarmos estes mesmos tipos de objetos noutros serviços da casa rapidamente nos apercebemos de que a sua vastíssima maioria está, efetivamente, a cargo da guarda-roupa.

Dito isto, nesse mesmo serviço existe ainda uma percentagem significativa de objetos (35% dos da guarda-roupa do duque, correspondendo a 30% do seu valor total, e 20% dos da guarda-roupa da duquesa ou 22% do seu valor total) que não pertencem a nenhuma destas categorias. É, portanto, preciso dizer alguma coisa sobre eles.

Na análise destes outros objetos do serviço da guarda-roupa, as diferenças de gênero tornam-se imediatamente significantes já que, por

(5) Para facilitar a leitura, estes valores são todos arredondados.

exemplo, na guarda-roupa do duque se encontram muitas peças relativas ao universo da guerra e caça que estão ausentes no caso da duquesa. Tratam-se, por exemplo, de armas brancas e de fogo, estribos, esporas, polvorinhos, selas e outros arreios, entre vários outros. De entre os quase 900 objetos desta natureza custodiados pelo serviço da guarda-roupa, os inventariantes distinguiram um conjunto contido numa «arca da caça» que teve direito a título próprio ainda que nela, aparentemente, não se encontrassem objetos distintos dos que se guardavam noutras partes da guarda-roupa.

Além disso, e mais significativamente, os aposentos do duque incluíam mesmo um espaço, sempre do serviço da guarda-roupa, a que o inventário chama «casinha das armas» onde se guardavam centena e meia destas peças. Uma vez que se encontram muitas armas e afins noutros serviços e espaços da casa, seria útil poder perceber o que faz com que estas sejam confiadas a este serviço, por oposição às demais. Tal pergunta não tem uma resposta evidente, desde logo porque aí se encontram peças de valor considerável que podem, por isso mesmo, ser consideradas mais cerimoniais do que utilitárias⁽⁶⁾, mas também outras não só de muito pouco valor como até já quebradas⁽⁷⁾. É possível, contudo, sugerir que os objetos que aqui se guardam se relacionam primordialmente mais com a caça do que com a guerra: não se guardam bombardas nem armaduras nesta *casinha das armas* mas havia lá muitas bestas, arcabuzes e pistoletes, assim como escudos, coldres e aljavas, polvorins, espadas e cutelos, todas peças relacionáveis com o universo venatório.

Os demais destes objetos que se encontram fora do serviço da guarda-roupa variam entre o despiciendo e o muito significativo. No primeiro caso estão, por exemplo, dois frascos de pólvora à guarda de Diogo Ribeiro, porteiro do duque, ou três alabardas confiadas a Fernão da Veiga, manteeiro. São casos quase acidentais e sem significado para a discussão de que nos ocupamos. Sem surpresas, encontramos bastantes mais exemplares na estrebaria onde, evidentemente, se guardam muitos arreios a cargo de Francisco do Carvalhal e António Leite, estribeiros do duque. Pelo contrário, o equipamento de guerra estava sobretudo à guarda da armaria palatina, serviço a cargo de Bento Esteves. Aí

(6) É o caso, por exemplo, de um conjunto de escudo e morrião dourados e «lavrados de romano», oferta de um duque (entrada 1894).

(7) Por exemplo, entrada 1827.

encontramos todas as armaduras bem como as maiores quantidades de armamento branco e de fogo mas não, contudo, as armas mais pesadas – canhões, bombardas, columbrinas – todos da responsabilidade de Vicente Fernandes, guarda-reposta do duque, em cujo serviço se encontra também uma grande quantidade de pelotas e pelouros⁽⁸⁾. É certamente por isso mesmo que o termo do inventário relativo à estrebaria é co-assinado por este Vicente Fernandes.

Quer tudo isto dizer que, para além de roupa de vestir, acessórios e joias, a guarda-roupa do duque tem também à sua responsabilidade uma série de peças sobretudo associáveis ao universo da caça. Sabemos que o duque ia normalmente à caça três vezes por semana (Sousa 1739-48: v. 4, 277) pelo que este é também um equipamento de uso quotidiano. Do ponto de vista quantitativo, trata-se de um conjunto expressivo que reúne quase 900 objetos correspondendo-lhes um valor que ultrapassa o milhão de reais; constituem 10% do valor total dos objetos deste serviço. Esta é, portanto, uma função significativa da guarda-roupa.

Já na guarda-roupa da duquesa não encontramos peças desta natureza. O que aí sobressai, para além das categorias já analisadas, é o universo têxtil «não-vestuário». A guarda-roupa do duque também inclui destes têxteis, mas em quantidades irrisórias. São peças de cama e mesa, bem como algumas de pendurar (algumas cortinas, um toldo) e quatro esteiras, correspondendo a tipos de peças maioritariamente à guarda de outro serviço da casa, a reposta. A casa da duquesa gere estes objetos de forma um pouco diferente. Na sua guarda-roupa mantêm-se uns quantos tapetes de que se destaca um persa muitíssimo mais caro que os demais; talvez por isso mesmo estivesse reservado para o serviço da duquesa. Guardam-se também muitas toalhas de mesa (64) o que pode indiciar que o serviço de mesa da duquesa, ou uma parte dele, era mantido separado do duque. Uma situação um pouco mais complicada corresponde aos têxteis de cama já que a guarda-roupa da duquesa custodia mais de 200 peças destas, quase todas lençóis e fronhas de baixo valor. Quer isto dizer que as peças de aparato ligadas às duas camas ducais estão à guarda da reposta mas a roupa comum do leito da duquesa (e porventura das mulheres que a assistiam) era mantida na sua guarda-roupa.

Finalmente, nesta matéria, a diferença mais expressiva entre as duas guarda-roupas diz respeito às quantidades de tecido (sedas, tafetás,

(8) A guarda-reposta é outro dos serviços domésticos que carecem de estudo próprio.

cetins, veludos) ainda por cortar e transformar em peças acabadas, bem como muitas outras de passamanaria (fitas, trançados, cordões) que as acompanham. Encontramo-las em ambas as guarda-roupas, mas na da duquesa estas são muito mais numerosas (178 peças contra 45) e sobretudo muito mais valiosas (756.000 rs contra 80.000 rs). Pode assim concluir-se que o trabalho de costura, produção, transformação e reparação de peças têxteis era uma das funções do serviço da guarda-roupa, sendo bastante mais expressivo na casa da duquesa do que na do duque.

Pelo contrário, uma série de outros objetos aproxima a natureza destes serviços em ambas as casas. Assim, por exemplo, em ambas encontramos várias peças de mobiliário (arcas, caixas, cofres, escritórios, escrivaninhas) em quantidades expressivas (83 peças para o duque, 66 para a duquesa) e valores aproximados. Na sua maioria, serviam certamente para guardar os demais objetos.

Da mesma maneira, em ambas as guarda-roupas encontramos alguns livros (22 no caso do duque, 8 no da duquesa), certamente aqueles a que os duques mais frequentemente recorriam ou mais estimavam, já que o paço contava com uma enorme biblioteca. Todos os livros da duquesa são de natureza religiosa. A estes que também tem, o duque junta uma crónica de Nuno Álvares Pereira, um livro de menagens e outro de doações. É interessante verificar que na guarda-roupa do duque se guardam também materiais de encadernação, o que acrescenta mais uma função, por marginal que fosse, à sua guarda-roupa.

Ambas as guarda-roupas tinham a seu cargo algumas obras de arte, mais precisamente esculturas e pinturas. No caso da duquesa, encontramos um casal de ciganos montados numa mula em ouro, um touro também de ouro, uma Nossa Senhora de prata (surpreendentemente, uma das poucas peças religiosas que se encontram neste serviço) e um barco de prata, de longe a mais valiosa de todas estas peças. A guarda-roupa da duquesa não guarda qualquer pintura. Também na do duque encontramos vários animais esculpidos em prata (uma lagartixa, uma vaca, um touro), um São Jorge de ouro e diamantes, uma Nossa Senhora de marfim, e dois crucifixos. A presença religiosa é, portanto, mais expressiva aqui. Além disso, ao contrário da duquesa, o duque guarda pintura na sua guarda-roupa, incluindo seis retábulos, um retrato de Nun' Álvares e outros cuja presença é mais difícil de entender, por exemplo de Francisco I ou Henrique II de França e das suas mulheres.

A guarda-roupa é, portanto, também um lugar das artes plásticas, ainda que, como se pode ver, não se possa, em caso nenhum, caracterizá-la como uma versão portuguesa da *kunstkammer* centro-europeia ou do *studiolo* italiano (Impey e MacGregor 1985; Elsner e Cardinal 1997). Também se podia encontrar, na guarda-roupa do duque, um coco montado em pé de prata, alguns pedaços de corno de unicórnio, 28 peças de porcelana e uma colher de cristal e rubis, certamente do Ceilão, e na da duquesa um garfo e uma colher dos mesmos materiais e proveniência, dois escritórios provavelmente japoneses e uma colcha da Índia. Da mesma maneira, contudo, tais peças, escassas, pouco valiosas e não exclusivas da guarda-roupa, não fazem dela uma *wunderkammer* ou um *cabinet de curiosités* (Trnek e Haag 2001). Nada nas fontes conhecidas nos permite concluir pela existência deste tipo de espaços em Vila Viçosa (Senos 2018a).

Pelo contrário, a guarda-roupa do duque era, claramente, um serviço de música, ou pelo menos da guarda de objetos com ela associados, já que aí, entre flautas, cravos, campainhas, violas e sacabuxas, se encontravam 40 instrumentos musicais assim como um livro de cantochão (muitos mais livros de música eram guardados na biblioteca). Curiosamente, não há instrumentos à guarda da duquesa e os dois que são explicitamente localizáveis nos seus domínios⁽⁹⁾ pertencem ao serviço da guarda-roupa do duque.

Outro domínio masculino, detetável, de resto, em vários outros serviços da casa, diz respeito a um gosto claramente alimentado por D. Teodósio e, aliás, frequente entre a nobreza portuguesa, o dos saberes relacionados com o mar e com o universo da navegação, em particular com a cartografia. Assim, na guarda-roupa do duque encontramos, para além de uma misteriosa bola de cristal, por exemplo, três astrolábios, quatro compassos, duas cartas de marear e um mapa de Portugal. Note-se que um dos astrolábios e dois dos compassos são de prata, mas as demais destas peças são em vulgar latão e quase não têm valor: não são peças de ostentação mas instrumentos de utilização corrente, o que aliás é corroborado pela análise de outros objetos similares contidos noutros serviços da casa. A guarda-roupa era, portanto, também um serviço de ciência.

Por último, importa referir as muitas peças de ourivesaria que se podiam encontrar em ambos os serviços: 48 objetos avaliados em mais

(9) Dois cravos, um na sua câmara (entrada 1976) e outro na sua antecâmara (entrada 1977).

de meio milhão de reais, no caso da duquesa; 237 no caso do duque, valendo um milhão e meio de reais. Entre estas encontramos sobretudo peças relacionáveis com o funcionamento quotidiano do aposento: escalfetas, braseiras, castiçais, tesouras de espevitar, cálices, garrafas, salvas, pratos, açafatas. Surpreende, talvez, a ausência de peças religiosas, domínio de que só encontramos dois retábulos em prata, um dos quais provavelmente pequeno, dado o seu valor muito baixo, talvez aquele que o moço das chaves pendurava, todas as noites, na cabeceira da cama do duque (Sousa 1739-48: v. 4, 241). O essencial da prata religiosa da casa estava à guarda do serviço da capela que conta com um conjunto muito valioso. Em todo o caso, os oratórios privados dos duques ou eram cuidados pelo serviço da capela ou não parecem ter resplandecido pela presença de metais preciosos. Ambos guardavam também peças de ourivesaria nas respetivas mantearias: as da duquesa, relativamente poucas (65) e não muito valiosas (252.000rs), todas associadas ao serviço da mesa; muitas as do duque (300), muito valiosas (2.230.000rs), e de natureza muito variada. Curiosamente, foi ao serviço da guarda-roupa que o duque entregou uma das mais caras das suas peças de ourivesaria, um saleiro de ouro avaliado em quase meio milhão de reais; a razão da sua presença em tal serviço não é evidente.

É, assim, muito difícil determinar com precisão a natureza da prataria da responsabilidade da guarda-roupa, dominada, é certo, por peças que com facilidade se imaginam quotidianamente utilizadas nas câmaras de dormir, mas subitamente interrompidas por outras surpreendentes como um valiosíssimo saleiro de ouro. Em todo o caso, a prata da casa estava essencialmente entregue a este serviço, responsabilidade que partilhava com a mantearia.

Entre os objetos de prata e ouro que se guardavam nas guarda-roupas contam-se vários relacionados com as práticas higiénicas: bacios de barbear, de lavar pés, a cabeça ou o rosto, outros de cuspir, a que se juntam vários espelhos, pentes e escovas. Dado o carácter quotidiano da sua utilização, não surpreende que estes objetos se encontrem neste serviço. Alguns, contudo, atingem valores elevados, correspondendo certamente a peças se não de grande qualidade (que talvez fossem) pelo menos de considerável investimento (que certamente eram). Adiante perceberemos melhor porquê.

Assim, como pudemos ver, o serviço da guarda-roupa serve primordialmente um conjunto de tarefas quotidianas que envolvem

roupa de vestir, os seus acessórios, joias, peças de ourivesaria de utilização corrente (sobretudo ligadas com a iluminação e o aquecimento) e de higiene quotidiana. Também estão à sua guarda alguns livros, algumas obras de escultura e pintura, e algumas peças aparentemente aleatórias que parecem ali ter ficado precisamente por acidente do dia a dia (como alguma roupa de cama e mesa do duque ou alguns tapetes da duquesa).

Nestas, o género não desempenha nenhum papel especialmente significativo. Pelo contrário, o serviço da guarda-roupa funciona de maneira algo diferente no que diz respeito aos têxteis para a produção de peças acabadas e/ou sua transformação, bem como à roupa corrente de cama, no caso da duquesa, aos instrumentos musicais e aos objetos ligados à caça e à cartografia, no caso do duque.

A partir da análise que os seus conteúdos permitem pode-se sistematizar desta maneira o essencial das funções do serviço da guarda-roupa. Resta resolver dois problemas mais, estreitamente ligados entre si. O primeiro diz respeito ao(s) espaço(s) em que funciona a guarda-roupa e parece muito simples de resolver até porque em vários casos europeus o termo é usado para designar uma divisão específica da casa: o caso da *guardaroba medicea* é porventura o mais famoso (Zucchi 2011) mas o termo surge sempre assim utilizado nos estudos que versam sobre a organização dos palácios franceses (onde o termo *garde-robe* guardou o género feminino; Guillaume 1994) ou ingleses (*wardrobe*; Thurley 1993), por exemplo⁽¹⁰⁾. Acontece que quando cruzamos as questões que se ligam com a espacialização dos objetos que temos vindo a analisar com as que dizem respeito ao seu funcionamento e à sua utilização quotidiana, chegamos a novas conclusões.

Cerimonial e espacialidade

Escrevendo nos anos de 1430, o rei D. Duarte usou a imagem de um paço para explicar como se deve organizar idealmente o coração de um homem e, por extensão, uma casa nobre. Depois da sala, da antecâmara

(10) Sobre questões ligadas à guarda-roupa nos palácios europeus deste período podem ainda consultar-se, entre vários outros, Adamson 1999, Chatenet e De Jonge 2014, Raeymaekers e Derks 2016 (todos estes coletâneas de vários artigos) e Thurley 2017.

e da câmara de dormir encontra-se a trespâmara, «onde [os senhores] se costumam vestir» (Duarte 1999: 294). Entre os séculos XV e XVI, o termo trespâmara foi sendo progressivamente substituído pelo seu sinónimo, recâmara, e é normalmente aqui, na trespâmara/recâmara, que a historiografia (incluindo eu próprio, em trabalhos passados, Senos 2000: 140ss.) tem localizado a guarda-roupa. Esta identificação entre espaço e serviço parece reforçada pela passagem já citada do regimento teodosino, onde se explica que o guarda-roupa «tinha cargo da recâmara» (Sousa 1739-48: v. 4, 237).

Assim, na sequência de espaços que constitui o aposento completo de um nobre, os objetos que competem ao serviço da guarda-roupa guardavam-se, dentro dos móveis também já referidos, no último dos compartimentos, o que parece fazer perfeito sentido já que a esta progressão de divisões corresponde um controlo cada vez mais apertado do acesso. Dito de outra maneira, dos que frequentam o paço, são admitidos muitos na sala, menos na antecâmara, e menos ainda na câmara. Assim se compreende que um espaço que tinha de ser forçosamente de arrumação se encontre no final desta sucessão. Acontece que a documentação também abunda em referências que carecem de maior discussão. Considere-se, por exemplo, o casamento, em 1537, da irmã do Duque D. Teodósio, D. Isabel, com o infante D. Duarte, irmão do rei D. João III. Os festejos realizaram-se em Vila Viçosa que recebeu a grande comitiva envolvida, incluindo o próprio monarca, o noivo, e três outros seus irmãos, todos alojados no Paço Ducal que foi ampliado (Senos 2018) e cujos interiores tiveram de ser reorganizados para o efeito (Senos e Hallett 2014). Para a discussão que aqui nos ocupa, são os aposentos destinados ao rei que mais interessam. A respetiva descrição começa na sala grande, a que se acrescentam dois outros espaços, uma antecâmara (ainda que tal expressão nunca seja utilizada) e uma câmara de dormir, esta coadjuvada por três outros espaços menores de apoio, coletivamente designados como retrete. O texto é algo surpreendente quando explica que na antecâmara «estava posta a guarda-roupa do rei». A localização da guarda-roupa antes da câmara de dormir, e não depois, como se esperaria, poderia ser explicada pela absoluta excecionalidade das circunstâncias, correspondendo à solução que foi possível encontrar em tão extraordinário contexto. Por isso mesmo, aí se instalaram as «muitas arcas encoiradas ao longo das paredes, cobertas com alambéis novos», destinados estes a mitigar os efeitos de tal inversão.

Contudo, a passagem torna-se especialmente problemática, e por isso mesmo interessante, quando explica que a guarda-roupa era «muito alta, [e estava] coberta toda até ao chão de um pano de cetim aveludado». O termo «guarda-roupa» designa, aqui, um dispositivo alto e coberto por um pano rico. Logo a seguir, dissipando eventuais dúvidas e criando outras novas, explica-se ainda que em cima da guarda-roupa «estava também armado outro dossel de veludo verde»⁽¹¹⁾. Não se trata, portanto, nem de um serviço, nem de um serviçal, nem sequer de um espaço, mas sim de um sentido ainda não referido, conotando um dispositivo móvel (esta guarda-roupa *estava posta* aqui, podia *ter sido posta* noutro lugar, i.e., monta-se e desmonta-se) que contém peças diferenciadas das que estão nos baús, enriquecido pelo pano que o cobre e, suprema distinção, com honras de dossel.

A explicação para este novo sentido do termo guarda-roupa que não tínhamos ainda encontrado e de que a historiografia nunca tratou encontra-se no regimento que D. Teodósio fez compor para o funcionamento da sua casa. Importa sublinhar que os regimentos descrevem uma realidade ideal, inteiramente de acordo com a normativa que estabelecem, onde todos fazem o que devem fazer, onde ninguém subverte a ordem prescrita, onde ninguém erra nem se esquece. A realidade, claro, nunca é tão simples. De qualquer maneira, como se verá, o essencial da cerimónia que vamos analisar, mais erro menos esquecimento, suporta as conclusões apresentadas.

Logo na sua primeira frase, o regimento explica que todas as manhãs, antes de entrar na câmara de dormir do duque, o camareiro-mor esperava ser chamado «na guarda-roupa que era sempre na antecâmara» (Sousa 1739-48: v. 4, 235). Mais uma vez encontramos, pois, a guarda-roupa fora da sua localização tradicionalmente esperada. A guarda-roupa a que esta frase alude não é a das caixas e baús mas sim a do distinto dispositivo. Vejamos como. Todas as manhãs do duque revestem-se do mais complexo cerimonial que acompanha o seu acordar e que começa com a chegada do camareiro-mor que espera na antecâmara («onde era sempre a guarda-

(11) Existem várias versões da descrição destas festas de 1537. A mais completa é «Festas e apercebimentos...», aqui usada na transcrição elaborada por Joana Torres para o projeto *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, CHAM, PTDC/EAT-HAT/098461/2008. Todas as citações vêm dos fls. 116-116v.

-roupa»)⁽¹²⁾. Quando o duque acorda e o chama, entram então na câmara de dormir oito pessoas: o camareiro-mor e o moço da guarda-roupa (que supervisionam as atividades), o moço das chaves (que abre a janela para arejar e compõe a cama, garantindo o decoro necessário), o porteiro da câmara (que aguarda junto à porta), dois reposteiros (que acendem a lareira se estiver frio) e um varredeiro (que varre). O guarda-roupa está também presente mas não toca em nada – está lá o camareiro-mor.

Concluídas estas tarefas iniciais que preparam o cenário e a que o regimento chama «a primeira entrada» (Sousa 1739-48: v. 4, 235-37 para esta e as citações seguintes), o moço das chaves vai à guarda-roupa buscar uma camisa que trás envolta numa toalha, sobre uma bandeja. Beija-a e passa-a ao camareiro, saindo, ficando este sozinho na câmara com o duque. Por seu lado, o camareiro também beija a camisa, ajoelha-se e passa-a ao duque, fechando as cortinas da cama, no interior de cuja privacidade o duque a veste. O camareiro veste-lhe então o roupão e tem início a segunda parte da cerimónia, correspondendo à entrada das calças, trazidas pelos moços da guarda-roupa e das chaves, acompanhados de «alguns que por particular mercê tinham a este tempo entrada». A cerimónia passou, portanto, a contar com espectadores.

Ao lado da cama há um tapete sobre o qual há uma cadeira onde o duque se senta enquanto o camareiro, de joelhos, lhe veste as calças, ajudado pelos moços da guarda-roupa e das chaves, também de joelhos. Segue-se o jubão, primeiro vestido, depois apertado, e finalmente os sapatos que, trazidos da guarda-roupa por um moço da câmara, são, como todas as demais peças, entregues ao camareiro, sempre de joelhos, o único que, com o duque, tem acesso à alcatifa.

A esta primeira etapa do vestir segue-se o lavar, que envolve vários moços que entram, vindos da guarda-roupa, com a toalha, o bacio e o jarro de água-às-mãos, e com eles, um novo grupo de espectadores. A este segundo grupo é dado o privilégio de assistir ao lavar das mãos, do rosto, dos pés, e ao pentear (e cortar, se for o caso) do cabelo

(12) Não conheço nenhum estudo sobre o cerimonial do acordar régio ou nobre em Portugal. Sabemos que o monarca tinha um cerimonial matinal próprio, semelhante ao do duque, porque o próprio D. Teodósio o diz, num fragmento preservado em Sousa 1739-48: v. 4, 282-83. Encontram-se, contudo, alguns paralelos europeus de alguma utilidade comparativa. Cf., por exemplo, Dominguez Casas 1993; González Arce 2016; Lecoq 1987; ou Chatenet 2002. Destas comparações sobressai também a singularidade do cerimonial português.

e da barba. É porque se tratam de atos públicos, reservados aos muito privilegiados que a eles têm acesso, que estas ações são tão ritualizadas e assistidas pelos objetos preciosos acima mencionados, de prata e ouro, que o inventário regista e atribui ao serviço da guarda-roupa, como uma bacia de lavar os pés, avaliada em quase 100.000 rs⁽¹³⁾.

À medida que nos aproximamos do final desta cerimónia, o duque tira o roupão que até então o protegera – ou melhor, o camareiro-mor tira o roupão ao duque (dá-o a um moço da câmara que o devolve à guarda-roupa) e substitui-o pelo pelote que entra com o último conjunto de peças de roupa e acessórios – capa e espada, gorra, luvas e lenço – sempre transportados em bandejas de prata, sempre por último passados ao camareiro-mor, único que toca o corpo do duque. Com estes entra também o último grupo de assistentes.

D. Teodósio é penteado uma última vez. O público sai então da câmara para que o duque, na companhia restrita dos seus mais elevados criados (o camareiro-mor, o guarda-roupa e os respetivos moços) e já completamente vestido e preparado, possa finalmente fazer a sua aparição pública, em pleno esplendor, perante toda a corte, a caminho da missa, primeira atividade do dia.

E assim se desenrola este extraordinário ritual no qual o duque é vestido (não se veste) por uma série de criados que entram e saem, trazendo e levando peças de roupa e de higiene pessoal, envoltas em tecidos preciosos, transportadas em bandejas de prata, de e para a guarda-roupa, sempre em procissão solene, levantando-se, fazendo vénias, ajoelhando-se, dentro ou fora da alcatifa, aproximando-se ou mantendo a distância relativamente ao duque conforme a condição de cada um – e à condição de cada um corresponde, como vimos, uma coreografia específica, i.e., um conjunto de gestos particulares que se repetiam a cada dia da vida no paço.

Há um aspeto desta cerimónia que requer especial atenção. No aposento do duque em Vila Viçosa existia, efetivamente, uma recâmara localizada depois da câmara de dormir. Aqui se guardavam, correntemente, os objetos que respeitam ao serviço da guarda-roupa, em baús e caixas, escritórios e cofres, arcas e escrivaninhas. Mas, como facilmente se percebe, não é esta a guarda-roupa *que se arma*, como diz a descrição do casamento de 1537, o tal dispositivo móvel que se monta

(13) Entrada 1331.

e desmonta, e que se adorna com panos preciosos e mesmo um dossel. Esta ficava, como explica o regimento logo na sua primeira frase, não na recâmara mas na antecâmara; e mais à frente insiste: esta guarda-roupa «estava armada na antecâmara, casa pública» (Sousa 1739-48: v. 4, 240 para esta e as citações seguintes).

Trata-se, precisamente, de um espaço público, i.e., acessível por muitos, por oposição à recâmara, cujo acesso é bastante mais limitado. Por isso mesmo tinha de estar sempre «com toda a limpeza do mundo». Aí competia ao moço das chaves o «cuidado de mandar armar a guarda-roupa» todos os dias (note-se a utilização do termo «armar»). Consistia esta num estrado de um degrau sobre o qual se colocavam os vários objetos que iam ser utilizados no cerimonial do acordar do duque: de um lado, um prato, um penteador, uma toalha dobrada e dois pentes, tudo coberto por uma preciosa toalha grande; do outro, o roupão coberto por outra toalha; e no meio um grande gomil de ouro «por ornamento» (i.e., ao contrário das demais, esta peça não vai ser usada no ritual, fica sempre nesta guarda-roupa para a ornamentar). Assim se procedia nos dias normais porque nos solenes (Natal, Reis, Páscoa... «e quando vinham hóspedes», i.e., visitantes de qualidade), acrescentavam-se a esta espécie de palco, panos bordados, toalhas de renda de ouro, e alcatifas de boa qualidade. Sabemos também, pela descrição do casamento de 1537, que sobre este estrado podia, provavelmente só em ocasiões especiais, erguer-se um baldaquino, um dos vários que, juntamente com tantas das demais peças têxteis utilizadas, estavam à guarda da reposta.

Tendo percebido tudo isto, podemos finalmente ver a cerimónia na sua totalidade: gente que espera na antecâmara-feita-guarda-roupa, em veneração de uma série de objetos/relíquias montados no estrado, envoltos (e portanto ocultos, como as relíquias no espaço sagrado de uma igreja) em panos preciosos, cobertos até por um baldaquino, como também era próprio das coisas sagradas. Na verdade, para que não sobrem dúvidas quanto ao carácter parasagrado desta espécie de altar à pessoa do duque, o regimento esclarece que esta guarda-roupa «era tão venerada [!] que nenhuma pessoa subia ao degrau [ao estrado]» senão quando lá iam buscar ou trazer roupa. É a esta guarda-roupa (e não à recâmara), portanto, que os sucessivos criados vêm buscar as peças que vão compondo o acordar do duque, funcionando esta, assim, como uma espécie de antecâmara do *sanctum sanctorum* que é o quarto de dormir.

É assim possível sugerir uma explicação para que quando o rei D. Duarte enumera as casas que compõem o coração perfeito, 100 anos antes, é certo, chame «câmara de paramento» à antecâmara (Duarte 1999: 294). Ela pode assim ser designada talvez porque uma qualquer forma do cerimonial descrito já então nela tinha lugar. Na «câmara de paramento» guardam-se, todas as manhãs, efetivamente, roupas; e como essas roupas são especiais e, na verdade, não estão guardadas, estão expostas, o termo paramento parece ainda mais adequado⁽¹⁴⁾.

Guarda-roupa: um termo complexo

Como pudemos ver, entre os séculos XV e XVI, guarda-roupa era, de facto, um termo complexo que designava várias dimensões interligadas de uma realidade polissémica: é o serviço, é a pessoa que dele estava encarregado, é o espaço doméstico onde se guardam os objetos que lhe dizem respeito (a recâmara), e é, finalmente, um outro espaço (a antecâmara) quando nele se monta o estrado onde se ocultam/exibem as peças da cerimónia do acordar do duque. Todas as manhãs a antecâmara é investida de uma qualidade outra que lhe é conferida pela colocação nela de um conjunto específico de objetos, organizados de determinada maneira, para atingir um determinado efeito. A isto corresponde a expressão *armar/pôr a guarda-roupa*. Ela serve uma cerimónia quotidiana, mas não menos excepcional por isso – tal como a celebração eucarística. Parte do seu mistério esconde-se no interior da câmara de dormir, onde ações quotidianas são transformadas em atos parasagrados, executados de joelhos, sobre um corpo que só um (o camareiro-mor) pode tocar, apenas acessíveis a pouquíssimos e escolhidíssimos. A cada grupo de espectadores que entra o cerimonial do acordar vai-se tornando mais e mais público, sempre com o duque no seu centro que, como uma epifania, se vai revelando aos seus mais íntimos, ao círculo dos mais próximos, a cada vez mais cortesãos, até que sai da câmara e, mistério revelado, se oferece ao olhar de toda a cidade.

(14) Sintomaticamente, nas contas relativas aos aposentos rearranjados para a duquesa Isabel de Portugal, em 1445-46, no Palácio dos Condes da Flandres em Bruxelas, então utilizados pelos Duques da Borgonha (hoje desaparecido), surge referência a um «chambre de parement», designação estranha às fontes flamengas. Krista De Jonge, "Le palais de Charles-Quint à Bruxelles" (Guillaume 1994 : 107-125).

O termo *guarda-roupa* designava, portanto, tudo isto, sem que os seus vários significados fossem confundidos, ainda quando o mesmo documento, no espaço de apenas alguns parágrafos, o utiliza para designar várias realidades diferentes. A historiografia poderá, agora, fazer o mesmo.

Bibliografia

- “Festas e apercebimentos...” in *Memórias da Casa de Bragança...* (mss.), Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, cod. 1544, fls. 105v-139.
- Adamson, John (ed.) (1999). *The Princely Courts of Europe: Ritual, Politics and Culture under the Ancien Régime 1500-1750*. Londres: Weidenfeld & Nicolson.
- Apóstolo, Manuel Rico (2020). *A Circulação nos Paços Portugueses no Século XVI*. Dissertação de Mestrado em História da Arte. Lisboa: NOVA FCSH.
- Baillie, Hugh Murray (1967). “Etiquette and the Planning of the State Apartments in Baroque Palaces”, *Archaeologia* 101, 169-99.
- Bluteau, Rafael. *Vocabulário Portugues & Latino (1712-1728)*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva.
- Carita, Hélder (2015). *A Casa Senhorial em Portugal. Modelos, Tipologias. Programas Interiores e Equipamento*. Alfragide: Leya.
- Chatenet, Monique (2002). *La Cour de France au XVIe siècle. Vie Sociale et Architecture*. Paris: Picard.
- Chatenet, Monique e De Jonge, Krista (eds.) (2014). *Le Prince, la Princesse et Leurs Logis. Manières d’habiter dans l’élite aristocratique européenne (1400-1700)*. Paris: Picard.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001). Lisboa: Verbo.
- Dominguez Casas, Rafael (1993). *Arte y Etiqueta de los Reyes Católicos. Artistas, Residencias, Jardines y Bosques*. Madrid: Editorial Alpuerto.
- Duarte, Rei D. (1999). *Leal Conselheiro*. Ed. crítica de Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: INCM.
- Elsner, John e Cardinal, Roger (eds.) (1997). *The Cultures of Collecting*. Londres: Reaktion Books.
- González Arce, José Damián (2016). *La casa y corte del príncipe don Juan, 1478-1497. Economía y etiqueta en el palacio del hijo de los Reyes Católicos*. Sevilla: Sociedad Española de Estudios Medievales.

- Guillaume, Jean (1994). *Architecture et Vie Sociale. L'Organisation Intérieure des Grandes Demeures à la Fin du Moyen Age et à la Renaissance*. Paris: Picard.
- Hallett, Jessica e Senos, Nuno (eds.) (2018). *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Impey, Oliver e MacGregor, Arthur (eds.) (1985). *The Origins of Museums*. Oxford: Clarendon Press.
- Lecoq, Anne-Marie (1987). *François Ier Imaginaire: Symbolique et Politique à l'Aube de la renaissance française*. Paris: Editions Macula.
- Raeymaekers, Dries e Derks, Sebastiaan (eds.) (2016). *The Key to Power? The Culture of Access in Princely Courts, 1400-1750*. Leiden: Brill.
- Riello, Giorgio (2013). "‘Things seen and unseen’: the material culture of early modern inventories and their representation of domestic interiors", in Paula Findlen (ed.), *Early Modern Things. Objects and Their Histories, 1500-1800*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 125-150.
- Senos, Nuno (2000). *O Paço da Ribeira, 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias.
- « — » (2018). "A ampliação do Paço de Vila Viçosa", in Jessica Hallett e Nuno Senos (eds.), *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta-da-China, 111-135.
- « — » (2018a). "De todas as partes do mundo: conclusão", in Jessica Hallett e Nuno Senos (eds.), *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta-da-China, 349-369.
- Senos, Nuno e Hallett, Jessica (2014). "Gendered space at a ducal wedding (Portugal, 1537)", in Monique Chatenet and Krista De Jonge (eds.), *Le Prince, la Princesse et Leurs Logis. Manières d'Habiter dans l'Elite Aristocratique Européenne (1450 – 1700)*. Paris: Picard: 55-66.
- Silva, José Custódio Vieira da (1995). *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR.
- Sousa, António Caetano de (1739-48). *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Reggia Officina Sylviana.
- Thurley, Simon (1993). *The Royal Palaces of Tudor England. Architecture and Court Life 1460-1547*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- « — » (2017). *Houses of Power: The Places That Shaped the Tudor World*. Londres: Bantam Press
- Trnek, Helmut e Haag, Sabine Haag (eds.) (2001). *Exotica. Portugals Entdeckungen im Spiegel Fürstlicher Kunst- und Wunderkammern der Renaissance*. Mainz: Verlag Philipp Von Zabern.

Zucchi, Valentina (2011). “The Medici *Guardaroba* in the Florentine Ducal Residences, c. 1550-1650”, in Susan Bracken, Andrea Gáldy e Adriana Turpin (eds.), *Collecting and the Princely Apartment*. Newcastle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.

